

VIVÊNCIAS ACADÊMICAS DE MULHERES NEGRAS E POBRES NA UVA: INTERSECCIONALIDADE, PERMANÊNCIA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

ACADEMIC EXPERIENCES OF BLACK AND POOR WOMEN AT UVA:
INTERSECTIONALITY, PERMANENCE AND STUDENT ASSISTANCE

EXPERIENCIAS ACADÉMICAS DE MUJERES NEGRAS Y POBRES EN LA UVA:
INTERSECCIONALIDAD, PERMANENCIA Y ASISTENCIA ESTUDIANTIL

Luana da Silva Dias¹, Carolina Moreira Miranda², Giovanna Dias dos Santos³, Cinthia Moura do Nascimento Furtado⁴, Andressa Helena Antunes de Oliveira⁵, Phazzira Matos do Amaral⁶, Carla Mariana Café Botelho⁷, Francisca Tamara Inácio da Cruz⁸

DOI: 10.54899/dcs.v23i92.6339

Recibido: 26/06/2026 | Aceptado: 20/07/2026 | Publicación en línea: 27/07/2026.

RESUMO

O presente artigo analisa as vivências acadêmicas de mulheres negras e pobres na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), com ênfase nas condições objetivas e subjetivas que atravessam a permanência no ensino superior. Parte-se do problema relativo ao modo como gênero, raça e classe operam de forma interseccional na experiência universitária de estudantes beneficiárias ou potenciais destinatárias da assistência estudantil. O objetivo geral consiste em compreender como essas estudantes vivenciam a universidade, considerando aspectos pessoais, interpessoais, pedagógicos e institucionais que podem favorecer ou obstaculizar o êxito acadêmico. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem mista, qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, exploratória e do tipo estudo de caso, com levantamento bibliográfico, análise documental de dados institucionais da UVA e entrevistas semiestruturadas submetidas a

¹ Mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará (UFC), Sobral, Ceará, Brasil. E-mail: dias.l@live.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7879-1188>

² Especialista em Direito Público e Privado, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: carolinamiranda06@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3076-4634>

³ Especialista em Linguagem Jurídica, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: adv.giovannadias@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4336-4757>

⁴ Especialista em Direito Previdenciário, Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza, Ceará, Brasil.
E-mail: cinthiamfurtado@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4437-1344>

⁵ Especialista em Direito e Processo Penal, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará, Brasil.
E-mail: andressahelena@icloud.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2986-0233>

⁶ Especialista em Direito Penal, Processo Penal, Direito Penal Econômico e Direito de Família, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: doamaralalpha@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7044-1842>

⁷ Doutoranda em Direito Constitucional, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil.
E-mail: carlamarianacafe@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8362-4315>

⁸ Pós-Graduada em Tanatologia, Suicídio e Processo de Luto, Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica), Quixadá, Ceará, Brasil.

interpretação qualitativa e apoio do IRAMUTEQ. Sustenta-se que a expansão do acesso feminino e negro ao ensino superior, embora represente conquista democrática relevante, não elimina desigualdades de permanência. Os resultados indicam que a maior presença de mulheres negras na UVA convive com dificuldades financeiras, redes de apoio limitadas, experiências de discriminação racial e de gênero, baixa representatividade docente e insuficiência de ações específicas de assistência estudantil. Conclui-se que a permanência digna requer políticas universitárias orientadas pela interseccionalidade, capazes de articular apoio material, psicológico, pedagógico e antirracista.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Educação Superior. Assistência Estudantil. Interseccionalidade. Permanência Universitária.

ABSTRACT

This article analyzes the academic experiences of Black and poor women at the Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), focusing on the objective and subjective conditions that shape their permanence in higher education. The research problem concerns how gender, race and class operate intersectionally in the university experience of students who are beneficiaries or potential recipients of student assistance policies. The general objective is to understand how these students experience university life, considering personal, interpersonal, pedagogical and institutional aspects that may favor or hinder academic success. Methodologically, the study adopts a mixed qualitative and quantitative approach, with an applied, exploratory case-study design, based on bibliographic review, documentary analysis of institutional data from UVA, and semi-structured interviews interpreted qualitatively with support from IRAMUTEQ. The article argues that the expansion of female and Black access to higher education, although a relevant democratic achievement, does not eliminate inequalities in permanence. The findings indicate that the greater presence of Black women at UVA coexists with financial hardship, limited support networks, racial and gender discrimination, low faculty representativeness, and insufficient intersectional student assistance actions. The article concludes that dignified permanence requires university policies guided by intersectionality and able to combine material, psychological, pedagogical and anti-racist support.

Keywords: Black Women. Higher Education. Student Assistance. Intersectionality. University Permanence.

RESUMEN

El presente artículo analiza las experiencias académicas de mujeres negras y pobres en la Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), con énfasis en las condiciones objetivas y subjetivas que atraviesan la permanencia en la educación superior. Se parte del problema relativo al modo en que género, raza y clase actúan de forma interseccional en la experiencia universitaria de estudiantes beneficiarias o potenciales destinatarias de la asistencia estudantil. El objetivo general consiste en comprender cómo estas estudiantes viven la universidad, considerando aspectos personales, interpersonales, pedagógicos e institucionales que pueden favorecer u obstaculizar el éxito académico. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque mixto, cualitativo y cuantitativo, de naturaleza aplicada, exploratoria y de estudio de caso, con revisión bibliográfica, análisis documental de datos institucionales de la UVA y entrevistas semiestructuradas interpretadas cualitativamente con apoyo de IRAMUTEQ. Se sostiene que la

expansión del acceso femenino y negro a la educación superior, aunque sea una conquista democrática relevante, no elimina desigualdades de permanencia. Los resultados indican que la mayor presencia de mujeres negras en la UVA convive con dificultades financieras, redes de apoyo limitadas, discriminación racial y de género, baja representatividad docente e insuficiencia de acciones específicas de asistencia estudiantil. Se concluye que la permanencia digna exige políticas universitarias orientadas por la interseccionalidad, capaces de articular apoyo material, psicológico, pedagógico y antirracista.

Palabras clave: Mujeres Negras. Educación Superior. Asistencia Estudiantil. Interseccionalidad. Permanencia Universitaria.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A democratização do ensino superior brasileiro não pode ser analisada apenas pelo aumento de matrículas. O ingresso de grupos historicamente afastados da universidade, especialmente mulheres negras e pobres, revela uma conquista social importante, mas também expõe uma pergunta decisiva: que condições concretas existem para que essas estudantes permaneçam, aprendam, se reconheçam como pertencentes ao espaço acadêmico e concluam seus cursos com dignidade? A universidade pública, concebida juridicamente como espaço de formação, cidadania e mobilidade social, ainda carrega marcas de uma história fundada na seletividade de raça, classe e gênero, como indicam análises sobre mulheres no ensino superior e feminismo negro (Almeida; Soares, 2012; Davis, 1981).

A pesquisa que dá origem a este artigo parte da compreensão de que a educação é direito humano e fundamental. A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagrou o acesso à educação como direito de todos, e a Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como dever do Estado e da família, voltado ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para a cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988; Brasil, 2018). No entanto, o reconhecimento formal do direito não encerra o problema de sua efetividade. Em sociedades atravessadas por desigualdades estruturais, a universalidade abstrata pode conviver com exclusões concretas.

Esse paradoxo é especialmente visível quando se observa a situação das mulheres negras e pobres no ensino superior. A ampliação do acesso feminino à universidade não produz,

automaticamente, igualdade material. Como apontam estudos sobre educação, gênero e raça, a presença numérica de mulheres pode coexistir com trajetórias marcadas por cursos socialmente feminizados, responsabilidades familiares, dificuldades econômicas, episódios de racismo, baixa representatividade docente e fragilidades de acolhimento institucional (Carneiro, 2003; Collins, 2019; Crenshaw, 2002; Gonzalez, 2019; Hooks, 2017).

O recorte da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), localizada no Ceará, permite observar essa tensão de forma situada. No semestre 2024.1, a instituição registrou 7.360 discentes matriculados, dos quais 3.979 eram mulheres, correspondendo a 54,1% do total. Entre as mulheres matriculadas, a maioria se autodeclarava negra quando somadas as categorias preta e parda, e parcela expressiva vivia com renda familiar per capita de até dois salários mínimos. Esses dados revelam que a UVA já é, em termos de composição discente, um espaço de presença feminina, negra e popular. A questão central, portanto, desloca-se do simples acesso para a permanência e o êxito acadêmico.

O problema de pesquisa pode ser formulado nos seguintes termos: como se dão as vivências acadêmicas de mulheres negras e pobres na UVA e em que medida as políticas de assistência estudantil respondem às demandas interseccionais de gênero, raça e classe que atravessam essas trajetórias? O objetivo geral é analisar as experiências dessas estudantes, considerando fatores pessoais, interpessoais, pedagógicos e institucionais que impactam a permanência no ensino superior. Como objetivos específicos, busca-se compreender o perfil universitário por gênero, raça e renda; identificar ações de assistência estudantil existentes; e discutir elementos que aparecem como obstáculos ou apoios ao êxito acadêmico.

A justificativa do estudo reside na necessidade de qualificar o debate sobre permanência universitária. A assistência estudantil não pode ser reduzida a benefício financeiro ou resposta administrativa pontual. Ela deve ser compreendida como política pública de enfrentamento das desigualdades que dificultam a fruição do direito à educação. No caso das mulheres negras e pobres, a permanência envolve alimentação, moradia, transporte, bolsas, saúde mental, reconhecimento identitário, segurança simbólica, redes de apoio, práticas pedagógicas inclusivas e presença de referências acadêmicas que rompam com a branquitude e o elitismo historicamente associados à universidade.

O artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, apresentam-se os fundamentos teóricos que articulam direitos humanos, educação superior, racismo estrutural e interseccionalidade. Em seguida, descreve-se o percurso

metodológico. Na terceira parte, discutem-se os dados institucionais da UVA e as ações de assistência estudantil. Por fim, analisam-se as vivências relatadas pelas estudantes, evidenciando como as dimensões de classe, raça e gênero se materializam no cotidiano universitário.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das vivências acadêmicas de mulheres negras e pobres exige partir de uma leitura crítica da relação entre direito à educação, sociedade capitalista e desigualdades históricas. A tradição dos direitos humanos, conforme Arendt (1979), não se constitui como dado natural e imóvel, mas como construção histórica resultante de lutas sociais. Nessa perspectiva, Piovesan (2005) identifica na gramática contemporânea dos direitos humanos uma plataforma de inclusão, voltada à proteção da dignidade e à superação de práticas excludentes. O direito à educação, portanto, deve ser lido como expressão dessa disputa por reconhecimento e redistribuição.

No plano constitucional brasileiro, a educação aparece como direito social e dever estatal. A Constituição de 1988 vincula a educação à cidadania e à dignidade humana, mas a realização desse direito depende de políticas públicas capazes de reduzir desigualdades materiais. A assistência estudantil surge justamente nesse ponto: não como favor institucional, mas como instrumento de efetivação do direito à educação para estudantes em situação de vulnerabilidade. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto n. 7.234/2010, reforçou a necessidade de ações voltadas à permanência, ao desempenho acadêmico e à redução da evasão, sobretudo entre estudantes oriundos de contextos socioeconômicos fragilizados (Brasil, 2010; Vasconcelos, 2010).

Entretanto, a permanência universitária não pode ser tratada de modo genérico quando os sujeitos são atravessados por múltiplas formas de desigualdade. A interseccionalidade, formulada por Crenshaw (2002), permite compreender que raça, gênero e classe não operam como camadas isoladas ou meramente somadas. Elas se cruzam e produzem experiências específicas de discriminação, subalternização e resistência. Assim, a estudante negra e pobre não vivencia apenas uma dificuldade econômica acrescida de uma desigualdade racial e de um marcador de gênero; ela experimenta uma posição social própria, produzida pela articulação simultânea desses eixos.

O feminismo negro oferece aporte decisivo para essa leitura. Carneiro (2003) assinala que

a condição da mulher negra na América Latina exige enegrecer o feminismo, isto é, deslocar a centralidade de experiências femininas brancas e de classe média. Collins (2019) demonstra que o pensamento feminista negro nasce da experiência histórica de mulheres negras diante de sistemas interligados de opressão. Gonzalez (2019) e Hooks (2017; 2019) também permitem compreender que o silenciamento de mulheres negras nos espaços de produção de conhecimento é uma dimensão política do racismo e do sexismo. A universidade, nesse sentido, não é neutra: ela pode reproduzir hierarquias ou tornar-se espaço de transgressão e emancipação.

O racismo estrutural opera na educação brasileira de modo persistente. A população negra foi historicamente afastada da escolarização formal e, quando incorporada aos sistemas de ensino, frequentemente o foi por meio de trajetórias marcadas por precarização, baixa expectativa social e ausência de políticas reparatórias suficientes. O movimento negro educador, na expressão de Gomes (2017), desempenhou papel fundamental na produção de saberes e reivindicações que deslocaram a educação para o centro das lutas antirracistas. As políticas de cotas e ações afirmativas devem ser compreendidas nesse percurso, pois tornam visível que igualdade formal não basta diante de desigualdades historicamente produzidas.

No ensino superior, a ampliação do acesso de mulheres e pessoas negras trouxe ganhos inegáveis, mas não suprimiu a seletividade interna da universidade. Martins (2014) observa que a expansão da educação superior não distribui oportunidades da mesma forma entre grupos sociais. Barros e Mourão (2018) também demonstram que a participação feminina no ensino superior deve ser observada em conexão com mercado de trabalho, divisão sexual das carreiras e desigualdades de reconhecimento. Por isso, o debate sobre permanência precisa ultrapassar a pergunta “quem entrou?” e alcançar “em quais condições permanece?” e “que projeto institucional acolhe ou expulsa simbolicamente essas estudantes?”.

A assistência estudantil, nesse contexto, precisa ser entendida em sentido amplo. Moradia, alimentação, bolsas e transporte são dimensões indispensáveis, mas insuficientes quando isoladas. Para mulheres negras e pobres, a permanência também se relaciona a saúde mental, enfrentamento do racismo cotidiano, valorização da identidade negra, combate à misoginia, práticas pedagógicas sensíveis à diversidade e oportunidades de pesquisa, extensão e liderança acadêmica. Uma política que não enxerga a interseccionalidade tende a tratar como iguais sujeitos que chegam à universidade em posições profundamente desiguais.

A literatura sobre políticas públicas educacionais aponta que a expansão do acesso deve ser acompanhada de desenho institucional capaz de produzir permanência qualificada. Imperatori

(2017) ressalta a trajetória da assistência estudantil no Brasil como campo em disputa, afetado por restrições orçamentárias, critérios seletivos e diferentes concepções de inclusão. Na realidade das universidades estaduais, esse desafio pode ser ainda mais intenso, pois a dependência de recursos estaduais e a ausência de estrutura nacional homogênea muitas vezes limitam a amplitude dos programas. A análise da UVA insere-se exatamente nesse ponto de tensão entre avanço democrático do acesso e insuficiência das condições institucionais de permanência.

METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este artigo foi desenvolvida como estudo de caso na Universidade Estadual Vale do Acaraú, com recorte nas vivências acadêmicas de mulheres negras e pobres. Quanto à natureza, trata-se de investigação aplicada, uma vez que se volta a problema prático: compreender obstáculos e possibilidades de permanência de estudantes em contexto universitário específico. Quanto aos objetivos, possui caráter exploratório, pois busca iluminar uma realidade social ainda pouco examinada em sua dimensão local, especialmente sob o enfoque interseccional de gênero, raça e classe (Gil, 2008; Marconi; Lakatos, 2017; Prodanov; Freitas, 2013).

A abordagem adotada foi mista. A dimensão qualitativa aparece na interpretação das experiências narradas pelas estudantes, valorizando sentidos, percepções e subjetividades. A dimensão quantitativa aparece no tratamento de dados institucionais e no apoio lexical às entrevistas. Esse desenho permitiu articular dados documentais sobre perfil discente e assistência estudantil com relatos de estudantes sobre pertencimento, dificuldades financeiras, relações com colegas e professores, acesso a políticas de apoio e experiências de discriminação.

O procedimento bibliográfico contemplou obras e artigos sobre direitos humanos, direito à educação, políticas públicas de assistência estudantil, racismo estrutural, feminismo negro, interseccionalidade e educação superior. O procedimento documental incluiu dados fornecidos pela UVA, especialmente planilhas institucionais referentes ao semestre 2024.1, informações sobre programas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), editais, respostas a ofícios e registros sobre ações de apoio material, pedagógico e psicológico.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes negras de baixa renda vinculadas à universidade. O roteiro permitiu abordar condições familiares, trajetórias escolares, ingresso no ensino superior, vivências no campus, relações

interpessoais, práticas pedagógicas, experiências de racismo e sexismo, acesso a benefícios e percepções sobre a assistência estudantil. As entrevistas foram interpretadas qualitativamente e também submetidas a análise lexical com auxílio do IRAMUTEQ, software que permite identificar recorrências vocabulares, classes temáticas e associações entre termos em corpus textuais (Camargo; Justo, 2013).

Do ponto de vista ético, a pesquisa observou procedimentos de consentimento, confidencialidade e anonimato. A análise das falas não pretende individualizar participantes, mas compreender padrões e tensões que atravessam a experiência coletiva de mulheres negras e pobres no espaço universitário. Essa opção metodológica é coerente com o próprio objeto: as vivências são singulares, mas se formam em estruturas sociais compartilhadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados institucionais da UVA indicam que a universidade já apresenta presença feminina majoritária na graduação. Em 2024.1, de 7.360 discentes matriculados, 3.979 eram mulheres, o que corresponde a 54,1% do total. Essa informação confirma tendência nacional de ampliação da participação feminina no ensino superior. Todavia, a leitura interseccional exige perguntar quem são essas mulheres, em quais cursos estão, que renda possuem, como se autodeclararam racialmente e em que condições conseguem permanecer.

Quando observada a autodeclaração racial, a maioria das mulheres matriculadas na UVA se identifica como negra, consideradas conjuntamente as categorias pretas e pardas. A planilha institucional analisada registrou 62,7% de mulheres pardas e 6,8% de mulheres pretas ou negras, em contraste com 27% de mulheres brancas. O dado demonstra que a universidade possui expressiva presença de mulheres negras, o que deve ser lido como resultado de processos históricos de democratização do acesso e de políticas afirmativas. Porém, essa presença não elimina a desigualdade: ela torna mais urgente o dever institucional de construir permanência qualificada.

A variável renda evidencia a intensidade da vulnerabilidade social. Do universo de mulheres matriculadas, 3.428 declararam viver com renda familiar per capita de até dois salários mínimos. Quando se cruza raça e classe, observa-se que 72,6% das mulheres negras da UVA declararam viver com renda familiar per capita de até dois salários mínimos, enquanto 25,7% das mulheres brancas estavam nessa mesma faixa. Esse recorte confirma a articulação entre

desigualdade racial e desigualdade econômica, afastando qualquer leitura que trate a pobreza universitária como fenômeno neutro ou racialmente indiferenciado.

No campo da assistência estudantil, a pesquisa identificou que os programas da UVA são essenciais para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade. Restaurante universitário, residência universitária e bolsas de permanência aparecem como instrumentos decisivos para reduzir evasão, mitigar custos de alimentação, moradia e deslocamento, e permitir que estudantes de baixa renda não abandonem a graduação. Ao mesmo tempo, os dados demonstram que a maioria das beneficiárias é composta por mulheres negras: de 314 mulheres beneficiárias dos programas de assistência estudantil, 70,4% se autodeclaravam negras, sendo 200 pardas e 21 pretas/negras.

Esse achado possui dupla implicação. De um lado, mostra que a assistência estudantil alcança, de fato, parcela importante do público historicamente vulnerabilizado. De outro, revela que os programas continuam estruturados por critérios majoritariamente socioeconômicos e generalistas, sem política específica voltada à tripla vulnerabilidade de mulheres negras e pobres. A ausência de desenho interseccional faz com que a universidade atenda necessidades materiais relevantes, mas nem sempre reconheça a especificidade das experiências de racismo, sexismo, isolamento, adoecimento e baixa representatividade vividas por essas estudantes.

Quadro 1 - Síntese dos principais achados empíricos

Eixo	Dado/achado	Interpretação
Perfil discente	Mulheres representam 54,1% da graduação; entre elas, predominam estudantes negras.	O acesso feminino e negro avançou, mas demanda permanência qualificada.
Raça e renda	72,6% das mulheres negras declararam renda familiar per capita de até dois salários mínimos.	A vulnerabilidade econômica é racializada e afeta condições de estudo.
Assistência estudantil	70,4% das mulheres beneficiárias dos programas são negras.	Os programas alcançam o público vulnerável, mas ainda operam sem desenho interseccional específico.

Fonte: elaboração própria, com base em dados institucionais da UVA referentes ao semestre 2024.1.

As entrevistas aprofundam esses dados ao mostrar que a permanência não se reduz à matrícula. As estudantes narram trajetórias familiares atravessadas por precariedade financeira, responsabilidades domésticas, deslocamentos, insegurança material e, em muitos casos, pioneirismo no acesso ao ensino superior. Ser a primeira da família a entrar na universidade aparece como fonte de orgulho e de pressão. A universidade representa possibilidade de transformação individual e familiar, mas também produz medo de fracassar diante de expectativas coletivas e da falta de recursos concretos.

A dimensão de classe apareceu como obstáculo predominante nas falas. A necessidade de trabalhar, estagiar, buscar bolsas ou depender de apoio familiar limitado compromete tempo de estudo, participação em projetos de pesquisa e extensão, envolvimento em grupos acadêmicos e desempenho em atividades avaliativas. Mesmo quando a bolsa ou a residência universitária asseguram permanência mínima, os valores e estruturas são percebidos como insuficientes diante dos custos reais de vida. A estudante pobre permanece em permanente cálculo de sobrevivência, o que a coloca em desvantagem perante colegas com maior capital econômico e disponibilidade de tempo.

A dimensão racial aparece tanto em episódios explícitos quanto em formas sutis de exclusão. As participantes relatam situações de racismo em brincadeiras, silêncios, comentários sobre aparência, cabelo e traços físicos, além da percepção de não pertencimento em determinados grupos. O racismo também se expressa na baixa representatividade de professoras negras, na presença limitada de bibliografias negras nas disciplinas e na ausência de debates sistemáticos sobre relações raciais em muitos cursos. A universidade, mesmo pública, pode reproduzir a lógica de que o conhecimento legítimo é branco, masculino e elitizado.

A dimensão de gênero atravessa as experiências em diferentes níveis. Em cursos e espaços acadêmicos historicamente masculinizados, as estudantes percebem maior disputa por reconhecimento, maior vigilância sobre desempenho e menor prioridade de fala. Em cursos socialmente feminizados, como áreas do cuidado e da educação, a presença feminina é numericamente maior, mas nem por isso se converte em valorização social e profissional. A interseccionalidade mostra que o gênero é vivido de forma racializada e classista: a mulher negra e pobre enfrenta expectativas, estereótipos e barreiras distintas daquelas enfrentadas por mulheres brancas de maior renda.

No plano interpessoal, as redes de apoio aparecem como estratégia de resistência. Muitas estudantes constroem vínculos com outras mulheres negras, grupos de estudantes negros ou colegas que compartilham condições socioeconômicas semelhantes. Essas redes funcionam como proteção afetiva, apoio prático e reconhecimento identitário. Entretanto, quando a permanência depende excessivamente de redes informais, revela-se uma lacuna institucional: a universidade não pode delegar às próprias estudantes vulnerabilizadas a responsabilidade integral de produzir acolhimento, pertencimento e sobrevivência acadêmica.

As práticas pedagógicas também surgem como dimensão central. As entrevistadas não necessariamente afirmam serem avaliadas de modo formalmente diferente, mas percebem

prioridades de fala, escolhas bibliográficas e exemplos didáticos que silenciam experiências negras, femininas e populares. A ausência de debates sobre gênero, raça e classe afeta o pertencimento intelectual. A sala de aula, quando não reconhece as desigualdades que compõem a realidade das estudantes, pode reforçar a ideia de que suas trajetórias são exteriores ao conhecimento acadêmico, e não parte legítima dele.

O apoio psicológico e psicopedagógico foi apontado como necessidade relevante. A universidade conta com estruturas de atenção, mas as participantes percebem limites de pessoal, alcance e representatividade. Adoecimento, ansiedade, medo de não dar conta, sentimento de inadequação e impactos de episódios discriminatórios demandam resposta institucional contínua. Não se trata de psicologizar desigualdades sociais, mas de reconhecer que racismo, misoginia e pobreza produzem sofrimento concreto e exigem suporte especializado articulado a políticas de inclusão e combate à discriminação.

A análise lexical das entrevistas reforçou a centralidade de termos associados à universidade, bolsa, renda, trabalho, estudo, permanência, racismo, mulher, família e dificuldade. As classes temáticas identificadas indicaram que a experiência universitária dessas estudantes se organiza em torno de tensões entre acesso e permanência, desejo de mobilidade social e precariedade econômica, reconhecimento identitário e discriminação, apoio familiar e sobrecarga, políticas institucionais e insuficiência de acolhimento específico. Assim, a vivência acadêmica é simultaneamente espaço de conquista e de conflito.

A discussão dos resultados permite afirmar que a UVA vive uma mudança importante em sua composição discente, mas ainda precisa transformar essa mudança demográfica em projeto institucional antirracista, feminista e popular. A presença de mulheres negras e pobres não deve ser compreendida apenas como dado estatístico de inclusão. Ela deve orientar currículo, assistência estudantil, formação docente, políticas de saúde mental, editais de bolsas, pesquisa, extensão e gestão universitária. A permanência digna exige que a instituição se reorganize a partir dos sujeitos que agora a compõem.

Nesse sentido, as ações de assistência estudantil devem ser fortalecidas em três direções. A primeira é material: ampliação de bolsas, revisão de valores, garantia de moradia, alimentação e transporte em patamar compatível com as necessidades reais das estudantes. A segunda é psicossocial: equipes multiprofissionais suficientes, atendimento contínuo, acolhimento de violências e discriminações, e profissionais com formação em relações raciais e de gênero. A terceira é pedagógico-institucional: currículos mais plurais, docentes formados para enfrentar

desigualdades, editais sensíveis a vulnerabilidades interseccionais e aumento da representatividade de mulheres negras em espaços de docência, pesquisa e gestão.

A principal contribuição do estudo está em deslocar a assistência estudantil da lógica meramente compensatória para uma lógica de justiça social, em diálogo com leituras que aproximam emancipação política, condição feminina e vulnerabilidades acumuladas (Araújo; Souza, 2021; Botelho; Almeida, 2020). Quando mulheres negras e pobres ingressam na universidade, elas não solicitam exceção ou privilégio; elas reivindicam que a promessa constitucional de igualdade seja efetivada em condições reais. Uma universidade democrática não é apenas aquela que abre suas portas, mas aquela que modifica suas estruturas para que sujeitos historicamente excluídos possam permanecer, produzir conhecimento e transformar a própria instituição.

Outro ponto relevante diz respeito à produção institucional de dados. A pesquisa evidencia a importância de a universidade manter informações atualizadas e cruzáveis sobre sexo, raça/cor, renda, curso, modalidade de ingresso, recebimento de benefícios, evasão, trancamento e conclusão. Sem esse tipo de diagnóstico, a gestão tende a formular políticas gerais para públicos abstratos, mesmo quando a realidade mostra que determinados grupos concentram vulnerabilidades. O dado, portanto, não é mera estatística: ele é ferramenta de planejamento, transparência e responsabilização pública.

A leitura interseccional também impede que a assistência estudantil seja concebida como política separada da dimensão pedagógica. Uma estudante pode receber alimentação e moradia, mas continuar exposta a currículo que não reconhece autoras negras, a práticas de sala de aula que silenciam sua fala ou a ambientes de pesquisa que privilegiam estudantes com maior disponibilidade de tempo e capital cultural. Permanência envolve o conjunto da experiência universitária. Por isso, pró-reitorias, coordenações de curso, docentes, núcleos de apoio e movimentos estudantis precisam atuar de forma articulada.

Por fim, os achados reforçam que a universidade pública deve ser avaliada não apenas pelo ingresso, mas pelo tipo de pertencimento que produz. Uma política de acesso sem permanência digna pode gerar presença precária; uma política de permanência sem reconhecimento racial e de gênero pode gerar assistência sem emancipação. O horizonte democrático exige combinar redistribuição material e reconhecimento simbólico, de modo que mulheres negras e pobres deixem de ser tratadas como exceção tolerada e passem a ser consideradas sujeitos centrais da universidade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação da dissertação em artigo permite condensar uma tese central: o acesso de mulheres negras e pobres ao ensino superior representa conquista democrática indispensável, mas só se converte em justiça educacional quando acompanhado de políticas de permanência orientadas pela interseccionalidade. No caso da UVA, os dados demonstram presença expressiva de mulheres negras e de baixa renda, inclusive entre as beneficiárias da assistência estudantil. Essa presença confirma avanços, mas também revela a responsabilidade institucional de responder às demandas específicas desse público.

As vivências analisadas mostram que classe, raça e gênero não atuam separadamente. A dificuldade financeira limita tempo, mobilidade, alimentação, moradia e participação acadêmica. O racismo atinge autoestima, pertencimento, sociabilidade e reconhecimento intelectual. O sexismo atravessa relações com colegas, professores, cursos e expectativas profissionais. Quando esses elementos se cruzam, produzem uma experiência universitária marcada por resistência, mas também por sobrecarga. Permanecer, para essas estudantes, não é apenas estar matriculada; é disputar diariamente condições de existência acadêmica.

A assistência estudantil da UVA aparece como política indispensável, especialmente por meio de bolsas, residência e alimentação. Contudo, os achados indicam a necessidade de superar um desenho genérico de vulnerabilidade social. A condição de mulher negra e pobre exige ações específicas, integradas e permanentes, capazes de enfrentar não apenas a pobreza, mas também o racismo, a misoginia, a baixa representatividade e o sofrimento psicossocial produzido por desigualdades estruturais.

Conclui-se que a universidade deve avançar em políticas assistenciais com enfoque interseccional, ampliação orçamentária, fortalecimento de equipes multiprofissionais, formação docente antirracista, revisão de currículos e criação de espaços de escuta e participação das estudantes. A permanência digna demanda tanto recursos materiais quanto reconhecimento simbólico. Sem isso, a democratização do acesso corre o risco de produzir uma inclusão incompleta, na qual mulheres negras e pobres entram na universidade, mas seguem responsabilizadas individualmente por superar barreiras que são sociais e institucionais.

A pesquisa também abre caminhos para novos estudos. Recomenda-se aprofundar comparações entre cursos, acompanhar trajetórias de evasão e conclusão, avaliar a efetividade de cada programa de assistência estudantil e construir indicadores institucionais de permanência

sensíveis a gênero, raça e classe. Mais que objeto de investigação, as estudantes negras e pobres devem ser protagonistas da formulação das políticas que lhes dizem respeito. Só assim a universidade pública poderá cumprir sua função constitucional, democrática e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de; SOARES, Marisa. **Mudaram os tempos; mudaram as mulheres? Memórias de professoras do ensino superior**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 17, p. 557-580, 2012.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES**. Brasília, DF: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019.

ARAÚJO, Maria Eduarda dos Santos; SOUZA, Osmar Martins de. **A questão da emancipação política, feminina e humana em Marx**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2021.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. **Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade**. Psicologia & Sociedade, v. 30, p. 1-11, 2018.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

BOTELHO, Carla Mariana Café; ALMEIDA, Jéssica Teles de. **Pelo direito de estar na política: mulheres, feminismos e a acumulação de vulnerabilidades**. Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política, v. 9, n. 3, p. 419-433, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Artigo 26: direito à educação**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/artigo-26deg-direito-a-educacao>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas em Psicologia, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Racismos Contemporâneos, Rio de Janeiro, v. 49, p. 49-58, 2003.

CEARÁ. **Lei n. 16.197, de 17 de janeiro de 2017**. Dispõe sobre a instituição do sistema de cotas nas instituições de ensino superior do Estado do Ceará. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Saraiva, 1981.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237-256.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Mariele. **A expansão da educação superior brasileira: diferentes oportunidades segundo a origem social, diferentes percursos segundo o gênero**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, p. 43-55, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. São Paulo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra: Almedina, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA). **Matriculados 2024.1.** Sobral: UVA, 2024. Planilha institucional fornecida à pesquisa.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Ensino em Revista, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.